



Revista  
Portuguesa de  
História  
Militar

Ano VI - n.º 10  
Junho 2026



# Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

Do Sidonismo à “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926

DO SIDONISMO À “REVOLUÇÃO NACIONAL”  
DE 28 DE MAIO DE 1926



Revista Portuguesa de História Militar  
Ano VI - n.º10

Editor:  
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:  
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:  
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM  
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:  
Harold E. Raugh, Jr. – Presidente da Comissão Internacional de História Militar  
João Vieira Borges – Presidente da CPHM  
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista  
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista  
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha  
Imagem de capa: Fotografia de Franco Anselmo - O desfile da vitória em Santarém, encabeçado pelo Tenente Teófilo Duarte) - Disponível em: <http://www.eugostodesantarem.pt/textos/historias/a-revolta-de-santarem-janeiro-de-1919>

IMPRESSÃO  
Rainho & Neves – Artes Gráficas

Junho de 2026

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

DOI: <https://doi.org/10.56092/KPVY7218>

Todos os direitos reservados

## VISCONDE DE PORTO SEGURO. UMA VIDA VOTADA AO ESTUDO E À EXALTAÇÃO DO BRASIL

**Rodrigo Chrystêllo Tavares**

### **Resumo**

Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, considerado o primeiro historiador brasileiro e, até ao momento, um dos mais profícuos e versáteis, muito deve aos estudos efetuados em Portugal. Nesta segunda pátria, identificou o túmulo de Pedro Álvares Cabral, cunhou o termo Manuelino, e mergulhou em múltiplos documentos que haviam caído no olvido. Embora tenha moldado o pensamento histórico, antropológico e político das elites brasileiras durante um século (de 1854 a 1946), acabou por ser ultrapassado pela historiografia pós-moderna. A sua obra magna, História Geral do Brasil, ainda hoje é, porém, digna de apreço e louvor. Recordá-lo, quando tantos o esquecem, é tarefa que cabe a quem sente como sua a dívida alheia.

**Palavras-chave:** Varnhagen; História; Brasil; Diplomacia; Império; Estilo Manuelino.

### **Abstract**

Francisco Adolfo de Varnhagen, Viscount of Porto Seguro, considered the first Brazilian historian and, until now, one of the most prolific and versatile, owes much to the studies carried out in Portugal. In this second homeland, he identified the tomb of Pedro Álvares Cabral, coined the term “Manuelino”, and delved into multiple documents who had fallen into oblivion. Despite having shaped the historical, anthropological, and political thought of Brazilian elites for a century (from 1854 to 1946), he ended up being surpassed by the postmodern historiography. His magnum opus, História Geral do Brasil, is still, however, worthy of appreciation and praise. Remembering him, when so many forget him, is a task that falls to those who feel others’ debt as their own.

**Keywords:** Varnhagen; History; Brazil; Diplomacy; Empire; Maneline.

Um dos mais notáveis e singulares alunos dos primórdios do Real Colégio Militar, sito em Nossa Senhora da Luz, freguesia de São Lourenço de Carnide, termo da cidade de Lisboa, Francisco Adolfo de Varnhagen, é legitimamente reconhecido, naquela que foi a América Portuguesa, como o propulsor da História brasileira.

Com efeito, a si se deve a primeira grande obra de síntese sobre a Província de Santa Cruz (nome recuperado a Pero de Magalhães Gândavo) ou Nova Lusitânia (nome pedido de empréstimo a Duarte Coelho), História Geral do Brasil, inicialmente gizada como Geografia Física do Brasil. Escrita em dois tomos, saídos a lume em 1854 e em 1857, a rogo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado a 2 de Outubro de 1838, no Rio de Janeiro, e que sucedeu, localmente, à Academia Portuguesa da História, alçada a 8 de dezembro de 1720, em Lisboa), de imediato granjeou o respeito e a admiração dos seus pares.

Não obstante nascido no vilar paulista de Iperó, a 17 de fevereiro de 1816, onde seu pai, o engenheiro Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, nato em Arolsen, capital do principado de Waldeck, exercia as funções de diretor da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema<sup>1</sup>, Francisco Adolfo estudou em Lisboa e na capital lusa despertou precoce mas decididamente para a cultura (sua mãe, D. Maria Flávia de Sá Magalhães, era portuguesa ainda que nascida no seio de uma família tradicional paulista)<sup>2</sup>. Para trás deixava não apenas as memórias de uma siderurgia situada na fazenda homónima, localizada no distrito de Bacaetava, interior do Estado de São Paulo, como as velhas histórias da primeira siderotecnia de ferro alçada no morro de Araçoiaba, cuja origem remonta aos finais de Quinhentos (com Afonso Sardinha, o Velho, que ajudou com elevado dispêndio de capital o jesuíta canário José de Anchieta na abertura do trilho, mais tarde alfazar, de São Paulo a Santos, e seu filho Afonso Sardinha, o Moço<sup>3</sup>. Ali, no que se chamava Vale das Furnas, hoje Ribeirão do Ferro, o governo fizera instalar um forno e duas forjas para fabricação de ferro pelo método direto, facto que levou este processo a ser reconhecido como o primeiro em solo americano)<sup>4</sup>.

A fábrica por onde brincou despreocupadamente nos primeiros anos de vida, conjuntamente com os seus irmãos, situada a uma quinzena de quilómetros de Iperó, arrabalde de Sorocaba, possuía dois altos fornos, canalizações ligadas diretamente a uma represa vizinha, forno de porcelana, oficina de modelagem, hospital, botica, cadeia, escritório da diretoria, depósito, casa das máquinas,

---

1. WEHLING, Arno, Introdução, in A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867, Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática / Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 8.

2. PEREIRA, Paulo, Alguns Aspectos da Cultura Artística de F. A. Varnhagen, in Romantismo: Da Mentalidade à Criação Artística. I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, vol. I, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, p. 294.

3. VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos, História da Fábrica de Ipanema e defesa perante o Senado, Brasília, Senado Federal, 1979, p. 6.

4. GUTIERRE, Janete, Real Fábrica de Ferro de Ipanema, Araçoiaba da Serra, Edição de autor, 2022, p. 16.

alguns sobrados e vasto aglomerado de sanzalas<sup>5</sup>. Esta vivência ultramarina prenunciou traços distintivos na preparação para a mudança, para a abertura a um mundo novo, num percurso de empenhamento, de trabalho fecundo e rigoroso, integrativo da sua personalidade, que os estudos metropolitanos terão, seguramente, potenciado.



Fig. 1: Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema. Disponível em [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/03/Fornos\\_de\\_fundi%C3%A7%C3%A3o.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/03/Fornos_de_fundi%C3%A7%C3%A3o.jpg)

Tendo sido admitido no Real Colégio Militar (sucessor do Colégio Regimental da Artilharia da Corte, também conhecido por Colégio da Feitoria) em 1825<sup>6</sup>, como aluno porcionista, precisamente no mesmo ano do falecimento do seu fundador e diretor (que fora ministro da Guerra nos executivos da Regência, presidido pelo conde de Sampaio, entre 30 de janeiro e 4 de julho de 1821, e do primeiro Vintismo, chefiado pelo vice-almirante Manuel da Costa Quintela, entre 4 de julho e 7 de setembro do mesmo ano), cedo revelou, a par do seu irmão José Frederico, um ano mais velho, elevados dotes de oratória e retórica. Dado a uma particular curiosidade e a um inusitado saber, rapidamente se fez notar entre a oficialidade ali comissionada, mormente os tenentes-coronéis Cândido José Xavier e Pedro de Santa Bárbara, sucessores de Teixeira Rebelo, e os seus camaradas de armas.

Deste curso fizeram parte os futuros brigadeiros Francisco Xavier (Craveiro) Lopes (igualmente nascido no Brasil, em Campo Maior, vindo a ser o bisavô do presidente da República Francisco Higino Craveiro Lopes), Joaquim José Porfírio

5. SANTOS, Nilton Pereira dos, *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2009, p. 20; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil*, Rio de Janeiro, Organizações Editoriais Formigão, 2020, p. 57.

6. Aluno n.º 114 de 1825. Vd. *Meninos da Luz. Quem é Quem*, vol. II, Lisboa, Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, 2008, p. 54.

Correia, Diogo Pereira da Gama e Joaquim da Costa Cascais, os coronéis Manuel Inácio de Brito e Guido José Serrão, os tenentes-coronéis Miguel Maria de Nóbrega e Ivo Celestino Gomes de Oliveira e ainda José Bento Travassos Valdez, segundo conde do Bonfim<sup>7</sup>. Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, porvindoiro oficial de Artilharia, seu colega e amigo fiel, que seria o pai do escritor José Ramalho Ortigão, autor de *As Farpas*, integrou o curso seguinte, enquanto Júlio Firmino Júdice Biker, que alcançaria notabilidade enquanto continuador da obra, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências, do visconde de Borges de Castro*, seu confidente em matérias de pesquisa histórica, fez parte do curso precedente. Outros ainda, amigos e colegas colegiais desses conturbados tempos que, em breve, conduziriam ao confronto entre constitucionalistas e tradicionalistas, com elevado desempenho nas administrações central e ultramarina, manteriam uma proximidade que se estendeu durante décadas.

Francisco Adolfo concluiu os estudos nos velhos claustros da Luz em 1832, já sob a direção do tenente-coronel Pedro de Santa Bárbara, tendo de imediato ingressado na Academia de Marinha, sita à Cotovia, que frequentou durante um ano letivo por ali se ministrar o Curso Preparatório de Matemática (composto por um biénio, já que o primeiro ano habilitava apenas os candidatos a oficiais de Infantaria e de Artilharia)<sup>8</sup>, que, em parte, era destinado à preparação científica dos aspirantes a oficiais de Engenharia. Transitou depois para a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, criada a 2 de janeiro de 1790 por D. Maria I, hoje Academia Militar (então sediada no antigo Colégio da Cotovia, que compartilhava com a Escola Politécnica)<sup>9</sup>. Curiosamente, seguindo símile modelo, foi fundada uma segunda instituição no Rio de Janeiro, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, instalada inicialmente na ponta do Calabouço, na Casa do Trem de Artilharia (sede atual do Museu Histórico Nacional), que não lhe mereceu qualquer crédito por desejar, ao tempo, servir a Coroa de Portugal em detrimento do Império<sup>10</sup>.

Quem foi este militar, académico, historiador, diplomata, estratega, plumitivo e crítico literário que redescobriu na escalabitana Igreja de Nossa Senhora da Graça, corria o ano de 1839, o túmulo de Pedro Álvares Cabral (partilhado com D. Isabel de Castro, sobrinha do segundo governador da Índia e a quem se

---

7. Idem, *ibidem*.

8. ARAÚJO, Ana Cristina e FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade Pombalina. Ciência, território e coleções científicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 48; PEREIRA, Paulo, *Alguns Aspectos da Cultura Artística de F. A. Varnhagen*, in *Romantismo: Da Mentalidade à Criação Artística. I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo*, vol. I, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, p. 294.

9. ARAÚJO, Ana Cristina e FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade Pombalina. Ciência, território e coleções científicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 48; WENECK, Eugénio, *Antologia Brasileira. Coletânea em Prosa e em Verso de Escritores Nacionais*, 22.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1942, p. 222.

10. *Vd.*, a este título, o capítulo *Nacionalidade, esquecimento e abnegação*, em CEZAR, Temístocles, *Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018.

ficaram a dever os fundamentos para o estabelecimento da forte presença lusa no Mar Árabe, duplamente designado por Bahr al-‘Arab, em árabe, e por Sindhu Sagar, em hindi, e no Oceano Índico)? E que na Notícia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém (através da qual o país tomou conhecimento de que a custódia de ouro e pedras preciosas do referido mosteiro, doada por el-rei D. Manuel I, pesava trinta e um marcos, sete onças e seis oitavas), dada ao prelo em 1842 quando tinha apenas 25 anos, cunhou o termo Manuelino, estilo decorativo escultórico e de arte móvel, por oposição ao Gótico Flamejante ou Gótico Tardio Português? E que, ainda, desejou em 1877 transferir a capital imperial para “o triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata”<sup>11</sup> (caberia à Constituição de 24 de fevereiro de 1891, pelo seu artigo 3.º, pronunciar-se sobre a matéria: Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal)?

Fervoroso adepto da construção e consolidação do Estado pelas mãos da Coroa, à semelhança da Rússia czarista pós-feudal e em detrimento dos modelos britânico e francês, Varnhagen chegou mesmo a dar-lhe o nome de Imperatória<sup>12</sup> (advogava, a este propósito, que a construção da novel capital deveria ser acompanhada por imigração europeia, para lhe dar um cunho vincadamente cosmopolita; pugnava pela gradual abolição da escravidão, para que o país não fosse africanizado; e defendia a incorporação dos indígenas, através de um regime de vassalagem temporária de década e meia, para promover a sua evolução e inclusão social<sup>13</sup>). Esta denominação contrariava, em tudo, a corrente antiportuguesa que se fez sentir um pouco de norte a sul durante décadas e que procurava alterar o nome da capital imperial, porquanto vinculada a Portugal e a um monarca nascido na longínqua Queluz, para Rio de Abril<sup>14</sup>.

O trilho escolar, que o terá conduzido ao aperfeiçoamento em assuntos de natureza castrense e de engenharia, associado ao seu espírito inconformista, sequioso de saber, tanto mais que lia compulsivamente revistas em línguas francesa e inglesa, como a *Revue de Deux Mondes* (ainda hoje existente e cujo número inaugural veio a lume a 1 de agosto de 1829), *Le Journal des Savants* e a *Philosophical Transcriptions of the Royal Society*, permitiram-lhe haurir inspirações e, a 1 de Outubro de 1841 (alguns dias antes, a 24 de setembro, após requerimento a D. Pedro II do Brasil, obtivera a tão desejada nacionalidade

11. PORTO SEGURO, Visconde de, *Historia Geral do Brazil*, 2.ª edição, tomo II, Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1877, p. 814.

12. VIDAL, Laurent, *De Nova Lisboa à Brasília. L’Invention d’ une capitale*, Paris, Éditions de l’IHEAL, 2002, pp. 75-83.

13. PORTO SEGURO, Visconde de, *A Questão da Capital: Maritima ou no Interior?*, Viena, Imp. do Filho de Carlos Gerold, 1877, pp. 7-15.

14. Sugestão de Ovídio Saraiva de Carvalho, magistrado designado para representar o Piauí nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, realizadas em Lisboa, no ano de 1820. Vd. KRAAY Henrick, *Days of National of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*, 2013, Stanford, Stanford University Press, 2013, p. 69.

brasileira<sup>15</sup>), pedir escusa, sem reverso, das suas obrigações do foro militar, enquanto primeiro-tenente de Artilharia do Exército português, dando assim cumprimento a um novo e não regressivo desígnio<sup>16</sup>.

Carteou-se com Alexandre Herculano, Almeida Garrett, cardeal Saraiva e Joaquim Heliodoro Cunha Rivara (que viria a ser secretário-geral do governo-geral do Estado da Índia e também comissário régio no Oriente)<sup>17</sup>, então diretor da Biblioteca Pública de Évora, com quem trocou inúmeras missivas de pendor histórico, somada a colaboração com o semanário Panorama (dirigido por Herculano e onde colaboravam Pinheiro Ferreira, Silva Leal, Cunha Rivara, Latino Coelho, Palmeirim, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas e Thomaz Ribeiro) e com a Revista Universal Lisbonense (dirigida por António Feliciano de Castilho e onde pontificavam Garrett, Herculano, Camilo, Mendes Leal, Bulhão Pato e Andrade Corvo)<sup>18</sup>.

As suas investigações e o saber multidisciplinar que cultivou de forma diligente e metódica levaram-no, na Academia das Ciências de Lisboa, com o concurso do barão de Eschwege (originário de Walde, capital do principado de Hesse-Kassel e que recebera a encomenda, a convite de D. Fernando II, da construção do Palácio da Pena), a ser eleito sócio correspondente em assembleia de efetivos de 22 de maio de 1839, passando a sócio livre a 31 de janeiro de 1844. É no seio desta instituição científica que colabora<sup>19</sup>, protegido pelo beneditino frei Francisco de São Luís (cardeal Saraiva), demonstrando já conhecimentos profundos, na Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas. Note-se, por mera curiosidade, que seu pai, Frederico Varnhagen, tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros e Administrador Geral das Matas do Reino de Portugal após o seu regresso do Brasil<sup>20</sup>, também integrou a mesma instituição científica, tendo deixado escrito, com data de 1836, um curioso e ainda hoje lido Manual de Instruções Práticas sobre a Sementeira, Cultura

---

15. PEREIRA, Paulo, Alguns Aspectos da Cultura Artística de F. A. Varnhagen, in *Romantismo: Da Mentalidade à Criação Artística. I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo*, vol. I, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, p. 319.

16. CEZAR, Temístocles, *Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018, p. 139.

17. CEZAR, Temístocles, Varnhagen, Francisco Adolfo de, in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, disponível em <https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/varnhagen.pdf>; ARAÚJO, Ana Cristina e FONSECA, Fernando Taveira da, *A Universidade Pombalina. Ciência, território e coleções científicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 48; BERNSTEIN, Harry, *Alexandre Herculano (1810-1877): Portugal's Prime Historian and Historical Novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian (Centro Cultural Português), 1983, p. 43.

18. MOREIRA, Thiers Martins, *Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 275, n.º 2, 1967, pp. 157-158.

19. *Historia e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo XI, Parte I, Lisboa, Tipografia da Academia das Ciências, 1831, p. 37.

20. Em 1823, na qualidade de Administrador Geral das Matas da Real Coroa, e alegando os relevantes serviços prestados, requereu a mercê de uma comenda do hábito da Torre e Espada (A.N.T.T., Ministério do Reino, mc. 744, proc. 22, fls. 1-1v.).

e Corte dos Pinheiros (sob a sua direção foi realizado o primeiro trabalho de abertura de aços e arrifes conhecidos como quadrados Varnhagen).

Com obra entretanto dada à estampa, designadamente *Notícia do Brasil e Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa* (cujo *Diário de Navegação da Armada* que foi à Terra do Brasil em 1530 identificara na Biblioteca da Ajuda, estudara e publicara, cotejando-o com mais dois manuscritos apógrafos, em 1839), tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840), onde viria a ocupar os cargos de primeiro-secretário e de diretor do seu órgão oficial<sup>21</sup>.

Nomeado adido de primeira classe à Legação do Brasil em Lisboa, em 19 de maio de 1842<sup>22</sup>, foi incumbido de proceder a uma minuciosa análise de documentos de carácter histórico, geográfico e legislativo existentes nos fundos na Torre do Tombo com interesse para o seu país<sup>23</sup>. Nesse mesmo ano passou a integrar o Imperial Corpo de Engenheiros do Exército brasileiro, como segundo-tenente<sup>24</sup>, do qual se desligaria transcorrido um triênio. As suas pesquisas em muito contribuíram para a consolidação histórica do império, como previsto na Constituição de 25 de março de 1824, já que a experiência semi-republicana da Regência, balizada entre 1831 a 1840 (ou seja, entre a abdicação de D. Pedro I e o início do segundo reinado alinhado com a Declaração da Maioridade de D. Pedro II), não lhe merecera a menor confiança. Joaquim Nabuco, a propósito desse tempo conturbado em que ocorreram diversas rebeliões, como a Cabanagem, no Grão-Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Sabinada, na Baía, a Praieira, em Pernambuco, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, sublinhou que “a Regência foi a República de facto, a República provisória”<sup>25</sup> (tendo aberto caminho, por exemplo, à República Juliana, também designada por República Catarinense, iniciada na província vizinha de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde havia sido proclamada a República Rio-Grandense, ou do Piratini).

De Lisboa Varnhagen foi transferido, em 1847, como primeiro-secretário, para Madrid<sup>26</sup>, onde reinava Isabel II, cognominada a dos Tristes Destinos (cujo pai, Fernando VII, havia sido anteriormente casado com D. Maria Isabel de Bragança, a rainha que morreu duas vezes, filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina).

21. *Catálogo dos manuscritos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro existentes em 31 de dezembro de 1883*, Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1884, p. 73;

22. FLEURY, Renato Sêneca, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, ‘paulista de Sorocaba’, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1956, p. 25.

23. A.N.T.T., Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, mc. 21, n.º 135.

24. CEZAR, Temístocles, Varnhagen, Francisco Adolfo de, in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, disponível em <https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/varnhagen.pdf>

25. NABUCO, Joaquim, *Um Estadista do Império: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época*, por seu filho Joaquim Nabuco, tomo I, Rio de Janeiro, H. Garnier, 1897, p. 42.

26. CEZAR, Temístocles, Varnhagen, Francisco Adolfo de, in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, disponível em <https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/varnhagen.pdf>

Esta sucessão de acontecimentos seria acrescida de muitos mais, em grande parte impulsionados pela leitura de escritos onde observava e cruzava os vários ângulos interpretativos, quantas vezes parcelares, penetrando num universo espesso e complexo, cuja identificação, veracidade e articulação cumpria aclarar.

O número de cidades europeias por si, entretanto, visitadas em busca de arquivos e bibliotecas refletem bem esse espírito e o rigor científico que o acompanhavam. Lovaina, Lieja, Bruxelas, Gande, Bruges, Ostende, Roterdão, Amsterdão, Leida, Delft, Utreque, Zeist, Harlém, Dresda, Hanôver, Colónia, Bona, Berlim, Heidelberg, Potsdam, Praga, Viena, Ischl, Salzburgo, Munique, Constança, Berna, Genebra, Estrasburgo, Avinhão, Leão, Montpellier, Perpilhão, a par de numerosas cidades espanholas<sup>27</sup>.



Fig. 2: Federico Madrazo y Kuntz, retrato do Visconde de Porto Seguro.. Disponível em [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9f/Federigo\\_Madrazo\\_y\\_Kuntz\\_-\\_Retrato\\_do\\_Visconde\\_de\\_Porto\\_Seguro.JPG](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9f/Federigo_Madrazo_y_Kuntz_-_Retrato_do_Visconde_de_Porto_Seguro.JPG)

O seu mais notável estudo, a História Geral do Brasil, foi publicado sem indicação explícita da autoria, assinado apenas por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Poder-se-ia dizer que o fazia à semelhança de Jean-Jacques Rousseau que, complementarmente ao seu nome, se apresentava como Cidadão de Genebra para vincar a ancestralidade familiar à República homónima (ainda que a sua linhagem paterna fosse originária de Montlhéry, cidade medieval próxima a Étampes).

Na capital espanhola se manteve até 1859, excluída que foi uma pequena deslocação ao Rio de Janeiro, um octénio antes, a pedido do visconde do Uruguai,

27. RODRIGUES, José Honório, A Pesquisa Histórica no Brasil, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952, p. 44; Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty, parte III – 30 – Documentação anterior a 1822, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Administração, Serviço de Publicações, 1957, p. 197.

Paulino José Soares de Sousa, então ministro das Relações Exteriores, com o intuito de apoiar as negociações sobre os limites fronteiriços, cujos contornos eram imprecisos, das Guianas francesa, britânica e neerlandesa (a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro do ano anterior, que proibiu a entrada de africanos escravos no país, criminalizando quem a infringisse, pôs termo a uma situação muito próxima da guerra com o Reino Unido). Varnhagen apoiou efusivamente a posição do seu ministro no grande debate sobre o binómio federalismo-centralismo<sup>28</sup>.

Os defensores do modelo federalista protagonizado pelos Estados Unidos e pela América hispânica contrapunham-se ao modelo centralizador defendido pela França. Ao contrário dos liberais, de entre os quais se destacava Aureliano Tavares Bastos, o visconde do Uruguai não acreditava que a sociedade estivesse minimamente preparada para um federalismo do tipo norte-americano e considerava o modelo da América hispânica caótico, suscetível de levar a sucessivas secessões (ou tentativas independentistas) e infundáveis golpes de Estado<sup>29</sup>. O centralismo imperial de Francisco Adolfo (a muito custo acabaria por trocar a monarquia musculada, de cariz aristocrático, pela constitucional) levou-o a manifestar publicamente o desejo de trazer à soberania brasileira – como província ou colónia – o Uruguai e, até, o Paraguai após a morte do presidente Francisco Solano López, a 1 de março de 1870, na Guerra da Tríplice Aliança<sup>30</sup>. Não deixa de ser curioso notar que, na juventude, aproximando-se o fim da Guerra Civil, tenha apoiado D. Pedro, em detrimento de D. Miguel, tendo depois evoluído para um conservadorismo que só o imperador soube aquietar.

Ainda nesse mesmo ano de 1851 voltou a Madrid, como encarregado de negócios<sup>31</sup>, onde se conservou até 1859, quando foi nomeado plenipotenciário no Paraguai, com residência em Assunção (cidade que remonta a 15 de agosto de 1537, data em que foi fundado o estabelecimento permanente mais antigo na bacia do rio da Prata). Seria depois designado, entre 1861 e 1863, ministro na Venezuela, em acumulação com a Colômbia (Confederação Granadina, atravessada por uma guerra civil, que culminou com a criação de um novel país que durou cerca de duas décadas, os Estados Unidos da Colômbia, juntando não só Bogotá como, também, a Cidade do Panamá) e o Equador, para neste último ano realizar uma auspiciosa missão em Cuba com o propósito de conhecer as condições técnicas do cultivo e beneficiamento do açúcar e do tabaco<sup>32</sup>. De

28. MAGALHÃES, Basílio de, Francisco Adolpho de Varnhagen (visconde de Porto-Seguro), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p. 77.

29. A este propósito, vd. o tema sobejamente desenvolvido em SÁ, Ana Priscila de Sousa e, Um “Arquiteto muito hábil” para o Império: Política, Estado e Construção da Nação no Pensamento Varnageniano, in História e Cultura, vol. 8, São Paulo, PPGH-UNESP; Campus de Franca, 2019

30. ALMEIDA, Mário Monteiro de, Episódios históricos da formação geográfica do Brasil. Fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai, Rio de Janeiro, Pongetti, 1951, p. 174.

31. Relatório da Repartição dos Negocios Estrangeiros, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1856, p. 10.

32. CEZAR, Temístocles, Varnhagen, Francisco Adolfo de, in Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo, disponível em <https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/varnhagen.pdf>.

igual forma se deslocou aos Estados Unidos, em 1867, país que muito valorizou pelo rápido desenvolvimento da sua indústria e mecânica laboral sem deixar, no entanto, de se aperceber dos danos colaterais resultantes da Guerra Civil, ocorrida entre abril de 1861 e maio de 1865, cicatrizes que o tempo não esbateu, bem como do sítio desagradável e fraco onde se localizava Washington<sup>33</sup>.

Ainda em 1863 seria transferido para Lima, até 1867, com jurisdição sobre o Chile, Peru e Equador, então designadas Repúblicas do Pacífico<sup>34</sup>. Foi precisamente no decurso desta missão, corria o ano de 1864, que casou com D. Carmen Ovalle y Vicuña, oriunda de uma família aristocrática local.

A sua argúcia e clarividência, reconhecidas por D. Pedro II e por Francisco José Furtado, seu presidente do Conselho de Ministros, levaram-no a envolver-se árdua e ativamente no segundo Congresso de Lima, que na capital peruana, entre 15 de dezembro de 1864 e 12 de março de 1865, abordou as temáticas da circulação de correios, do comércio e livre navegação, da conservação da paz e solução pacífica dos conflitos e, ainda, da união dos Estados e estabelecimento de uma aliança defensiva. Contrário, porém, à participação do Brasil neste Congresso, que contou com a presença de representantes do Peru, Bolívia, Chile, Equador, Venezuela, Colômbia, Salvador e Argentina, por reear que pudessem ser discutidas questões fronteiriças, situação manifestamente desconfortável para o Rio de Janeiro pelas muitas querelas ainda em aberto, parte delas apenas dirimidas em pleno século XX, Francisco Adolfo soube defender com maestria os interesses imperiais<sup>35</sup>.

Envolveu-se também na crise das Ilhas Chincha, minúsculo arquipélago de três ilhotas graníticas ricas em guano situado a uma vintena de quilómetros da linha de costa peruana, que juntou o Peru, o Chile, a Bolívia e o Equador, entre 14 de abril de 1864 e 10 de maio de 1866, contra uma Espanha usurpadora (que seguira, neste capítulo, a lei federal norte-americana, datada de 18 de agosto de 1856, autorizando os seus cidadãos a tomarem posse de ínsulas, atóis e recifes com depósitos de guano)<sup>36</sup>. Tratou-se de um conflito bastante delicado para o Brasil já que a neutralidade estrita por si adotada era melindrosa: de um lado encontrava-se a Espanha cuja soberana era aparentada à Casa Imperial, do outro apresentava-se a América hispânica unida na condenação à agressão madrilena. A esquadra espanhola bombardearia mais tarde o porto chileno de Valparaíso, a 31 de março de 1866, além de tentar bloquear o porto peruano de Callao, só se

---

33. SÁ, Ana Priscila de Sousa e, Varnhagen, João Lisboa e a escrita histórica entre viagens & anotações, in Revista Eletrônica História Em Reflexão, n.º 21(40), 2025, p. 387.

34. Vd. WEHLING, Arno, Introdução, in A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867, Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática / Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

35. A este propósito, vd. LIMA, Sérgio Eduardo Moreira, Prefácio, in LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (coordenação), Varnhagen (1816-1878), Diplomacia e pensamento estratégico, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2016, p. 29.

36. WEHLING, Arno, Introdução, in A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867, Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática / Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 19.

tendo retirado de cena após ter sido confrontada com uma força combinada de meios navais peruano-chilena<sup>37</sup>.

O Rio de Janeiro não queria tomar, então, partido na contenda pois jogava em diversos tabuleiros simultaneamente, lutando mesmo contra o Paraguai (1864-1870). Francisco Adolfo logrou habilmente evitar a reprovação dos seus vizinhos, à exceção do Peru, por conta da questão anterior. Na verdade, tudo fez para que o Brasil ficasse à margem das primeiras tentativas de integração regional por adotar a forma de governo monárquica (a única passível de permitir, ao tempo, a unidade nacional)<sup>38</sup>, diferenciando-se dos restantes Estados latino-americanos que optaram pela forma republicana (se olvidarmos os pungentes casos de Agostinho, entre 19 de maio de 1822 e 19 de março de 1823, e de Maximiliano, entre 10 de abril de 1864 e 15 de maio de 1867, no México, de Tiago, entre 22 de setembro de 1804 e 17 de setembro de 1806, de Henrique, entre 28 de março de 1811 e 8 de outubro de 1820, e de Faustino, entre 26 de agosto de 1849 e 22 de janeiro de 1859, no Haiti) e por não possuir os mesmos referenciais culturais dos demais países latino-americanos (se excluirmos o ambivalente Estado Oriental do Uruguai, em razão da sua afinidade a Portugal<sup>39</sup>).



Fig. 3: Memorial Orgânico, publicado 1849, em que se advogava a mudança da capitalimperial para o sertão: Disponível em <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Varnhagen.shtml>

37. GARCIA MARTINEZ, José Ramón, El combate del 2 de mayo de 1866 en El Callao. Resultados y conclusiones tácticas y técnicas, Madrid, Ministerio de Defensa, 1999, p. 85.

38. WEHLING, Arno, Introdução, in A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867, Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática / Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 15.

39. PORTO SEGURO, Visconde de, A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?, Viena, Imp. do Filho de Carlos Gerold, 1877, pp. 14-15.

A grandeza física do seu Brasil natal e as riquezas que o mesmo possuía permitiram-lhe dar lastro ao desejo de criar em solo americano o império que a velha Lusitânia, onde estudara e se deixara seduzir por muito do seu imaginário, não lograra corporizar. Se Lisboa surgia sem dimensão telúrica, constricta entre uma Castela concentracionária e um oceano que há muito lhe perdera o respeito, o Rio de Janeiro afirmava-se, terra ad infinitum, passível de poder vir a rivalizar com as grandes potências da época. Em suma, Portugal surgia como pretérito e o Brasil como futuro.

Após um decénio em solo latino-americano, Francisco Adolfo foi transferido para Viena, corria o ano de 1868, como ministro residente na corte de Francisco José e de Isabel Amália Eugénia da Baviera<sup>40</sup>, que passou à História com o designativo de Sissi (originalmente Sisi, mas grafado como Sissi na trilogia de filmes do diretor de cinema e roteirista austríaco Ernst Marischka, que contribuiu decisivamente para a popularização deste apodo). Face à importância da Casa de Áustria, personificada nos dinastas habsburgos, D. Pedro II achou por bem atribuir-lhe o baronato de Porto Seguro, em 24 de julho de 1872, rapidamente transformado, perto de um biénio depois, a 18 de maio de 1874, em viscondado<sup>41</sup>.

Nesse mesmo ano representou com brilhantismo o Brasil no Congresso Estatístico de São Petersburgo (o censo desse ano deu 9 930 478 habitantes ao país sendo 99,72% definidos como católicos)<sup>42</sup>. Em 1877 percorreu o interior das províncias de São Paulo, Goiás e Bahia para identificar o local de transferência da capital imperial, tendo publicado um livro de referência na área da geopolítica: *A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?*. Já em 1849 dera anonimamente ao prelo um opúsculo, em Madrid, por um amante do Brasil (apenas a terceira edição, ainda que parcial, publicada na revista fluminense *Guanabara*, seria assinada), aquele que mais não era do que a primeira parte do seu *Memorial Orgânico*, um projeto político escrito por um historiador, em que defendia a centralização política e administrativa contra os que abraçavam, tão-somente, o centralismo político e descuravam, deixando-o na mão de autocratas regionais, o administrativo<sup>43</sup>. Este e outros motivos teriam concorrido, explicitou, para que o país, “depois de um quarto de século (de independência) se achasse quase na mesma; e com ar mais de colónia, ou antes de muitas colónias juntas que de nação compacta”<sup>44</sup>.

40. ABREU, João Capristano de, *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 4.ª Série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 240.

41. MAGALHÃES, Basílio de, *Francisco Adolpho de Varnhagen (visconde de Porto-Seguro)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p. 52.

42. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil*, Rio de Janeiro, Organizações Editoriais Formigão, 2020, p. 53.

43. RODRIGUES, José Honório, *História da História do Brasil*, tomo I, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, p. 24.

44. VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *Memorial Orgânico que à Consideração das Assembleias Geral e Provinciais do Império Apresenta um Brasileiro*, in *Guanabara, Revista Mensal Artística, Científica e Litteraria*, Tipographia de Paula Brito, Outubro/Novembro de 1851, p. 358.

Foram estes ensaios, com particular ênfase para o primeiro, impresso em Viena, com 32 páginas, que serviram de base a Juscelino Kubitschek, logo que assumiu a presidência da República, a 31 de janeiro de 1956, para justificar a necessidade de se vir a transferir a capital federal para o Planalto Central (ocultando os argumentos tributários do Antigo Regime e revestindo-o de uma face humana)<sup>45</sup>. Se o primeiro texto era exemplar a todos os títulos, conforme se veio a comprovar, o segundo não lhe cede em relevância. A estrutura da reedição de 1851, obedecia a três capítulos. No primeiro, Alguns enunciados, Francisco Adolfo dava conta dos principais obstáculos com que o Brasil então se debatia e que em muito o debilitavam: indefinição do traçado fronteiro, desajustada divisão das províncias, penúria de traçados viários, inadequada localização da capital, excessivo número de negros e de índios comparativamente com o reduzido contingente de colonos europeus. No segundo, em Justificação do que fica dito, explicitava cada um dos aspetos levantados no capítulo precedente. No terceiro, Solução e remédios, defendeu uma série de medidas tendentes a solucionar os problemas diagnosticados.

Indefinições fronteiriças com o Paraguai, Bolívia, Argentina, Guiana Francesa, Uruguai ou Peru, criavam alguma turbulência a nível regional. O Império, que pretendia afirmar-se farol e contraponto norte-americano na América de matriz luso-espanhola, não se podia permitir a tais luxos. Se não existia um conhecimento preciso do território e suas extremas, já se tinha, porém, uma noção assaz apreciável do mesmo. A Carta Corográfica do Império do Brasil, do coronel Conrado Jacob Niemeyer, litografia que mede 1,50 m de altura por 1,50 m de largura, numa escala de 1:3 000 000, com data de 1846, é elucidativa desse saber que apresenta lacunas nos traçados navegáveis dos rios Orinoco, Negro e Madeira e, também, nos topónimos identificadores de povoados, fortalezas e cursos de água secundários.

O ocultismo que se pretendia emprestar a esta e a outras plantas serviu os propósitos de Francisco Adolfo por desejar veicular a imagem de relaxamento do Estado, quando não de abandono, em relação aos traçados fronteiro e à organização administrativa. Por outras palavras, adensava a dúvida face à extensão do poder imperial e suscitava interrogações quanto à sua legitimidade soberana (o que poderia parecer uma cedência, já que não foram grafados os limites, por exemplo, a propósito do Grão-Pará, perante a Bolívia e o Peru). Esta posição acabou por influenciar Duarte da Ponte Ribeiro, barão de Ponte Ribeiro, diplomata que negociou as raias do Brasil com as repúblicas vizinhas, defendendo a tese do *uti possidetis de facto*, e a quem se ficou a dever a elaboração da Carta do Império do Brasil, de 1873.

A questão das fronteiras provinciais, carentes de funcionalidade e integração, também não ajudava ao progresso e ao equilíbrio que urgia fossem

45. OBERACKER JR., Carlos H., *A Contribuição Teuta à formação da Nação Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Presença, 1968, p. 418.

implementados. A abertura da estrada imperial e a construção de uma rede ferroviária que interligassem as diferentes províncias (em conexão com a malha postal) e, assim, encorajassem a colonização sertaneja, assaz escassa, permitiria estimular o comércio interno e fomentar as exportações. Varnhagen acreditava, pelos exemplos dos setores extrativo e agrícola, que o tão desprezado interior forneceria os recursos passíveis de contribuir para a necessária recuperação económica. O imenso sertão, que tanto carecia de mapeamento e de análise do solo, carregava consigo o futuro do país e, por extensão, a segurança nacional. A solução passaria não apenas pelo recuo face à linha de costa (pensamento que fora já expresso, ainda que não com tanta veemência, por José Bonifácio de Andrada e Silva e Hipólito José da Costa) como, de igual forma, pela criação de 19 departamentos em que cada um, considerando a sua localização, população e riqueza, assumiria um desempenho específico (defesa, administração, desenvolvimento agrícola). Salvar a capital, evitando que a mesma pudesse vir a cair em poder inimigo, à semelhança do que sucedera com Lisboa ou Madrid, afirmava-se prioritário. Pôr um fim às rivalidades existentes entre as províncias, um dos maiores cancos do império, também abonava a favor da nova metrópole<sup>46</sup>.

A questão étnica, que poderia vir a ter assinaláveis repercussões caso não se verificasse uma inflexão na importação de mão-de-obra africana, tanto a nível de equilíbrio rácico como de projeção visual, atendendo a que o Império procurava assemelhar-se a um qualquer país europeu, afirmava-se problemática. Tanto assim é que, a 1 de agosto de 1872, data em que se realizou localmente o primeiro censo, 38,3% eram pardos, 38,1% brancos e 19,7% negros. Os ameríndios, nomeados no censo como caboclos, perfaziam 3,9% do total. No cômputo global, a população não caucasiana ascendia a 61,9%<sup>47</sup>.

A postura de Francisco Adolfo, equidistante dos partidos políticos e assente na manutenção da unidade nacional sob o ceptro imperial consentia apenas uma nação e um só povo. A necessidade de veicular tal premissa obrigou-o, tarefa na qual trabalhou incessantemente até à morte, a criar um passado que unisse os brasileiros de todos os quadrantes. Esteve longe de o conseguir, é certo, mas insuflou no cidadão comum o respeito e entrega a uma pátria até então vaga nos seus múltiplos contornos<sup>48</sup>.

Porto Seguro faleceu em Viena, provavelmente de tuberculose, em 26 de junho de 1878, reinava no império austro-húngaro Francisco José, em Portugal D. Luís e no Brasil D. Pedro II. As cerimónias fúnebres, que decorreram na

---

46. PORTO SEGURO, Visconde de, *A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?*, Viena, Imp. do Filho de Carlos Gerold, 1877, p. 19.

47. Recenseamento do Brasil em 1872, Rio de Janeiro, Tipografia G. Leuzinger, 1874, disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf)

48. GONÇALVES, Líviston Frank, *Varnhagen: Idealizador de um Projeto de Nação*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008, pp. 136-139.

catedral gótica de Santo Estêvão<sup>49</sup>, uma das mais antigas da Europa, contaram não apenas com os plenipotenciários acreditados junto da Casa de Áustria como, também, com um número considerável de diplomatas, aristocratas e membros da elite financeira e industrial vienense. À posteridade legou, para além da História Geral do Brasil, obra com a qual se confunde, O Descobrimento do Brasil, O Caramuru Perante a História, Tratado descritivo do Brasil em 1587, História Completa das Lutas Holandesas no Brasil, Épicos Brasileiros, Florilégio da Poesia Brasileira, Amador Bueno, Drama Histórico, Cancioneiro e Literatura dos Livros de Cavalaria.

Dele escreveu Manuel de Oliveira Lima, professor-visitante na Universidade de Harvard, cofundador da Academia Brasileira de Letras, diplomata, historiador, crítico literário, escritor, bibliotecário, jornalista e fervoroso bibliófilo (em cuja lápide no cemitério Mount Olivet, em Washington, constam tão-somente as assertivas palavras “Aqui jaz um amigo dos livros”) “Francisco Adolfo de Varnhagen foi por certo o mais notório e o mais merecedor dos estudiosos do passado brasileiro; foi um ardente investigador, um infatigável ressuscitador de crónicas esquecidas nas bibliotecas e de documentos enterrados nos arquivos, um valioso corretor de falsidades e ilustrado conhecedor de factos. O traço dominante da individualidade de Varnhagen é a paixão da investigação histórica à qual subordinou todas as suas manifestações de escritor”<sup>50</sup>.

Não se julgue, porém, que a obra de Porto Seguro, sujeita às injunções da subjetividade, foi isentada de críticas. Capristano de Abreu, João Francisco Lisboa, Armand D’Avezac (geógrafo e ministro da Marinha e das Colónias da França), Manoel Bomfim e José Carlos Reis, entre outros, encontraram-lhe erros e insurgiram-se face à ausência das novas metodologias históricas e dos instrumentos que a ciência lhe pôs à disposição (não obstante tivesse compartilhado uma vasta série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista). Apesar de tudo, a sua influência só começou a ser efetivamente contestada no meio académico a partir do último trinténio de Novecentos, com a crítica de correntes ligadas a outras perspetivas teórico-metodológicas como o marxismo e o movimento dos Annales (com a sua visão holística e transdisciplinar).

Um quadriénio após o seu desaparecimento foi alçado, junto à Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, um monumento perpetuando a sua memória. Em uma das faces do pedestal o visitante pode ler a seguinte inscrição: À memória de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, nascido na terra fecunda descoberta por Colombo. Iniciado por seu pai nas coisas grandes e úteis, estremeceu sua Pátria e escreveu-lhe a História. Sua alma imortal reúne aqui todas as suas recordações. Perdeu-se na voragem do tempo quem, porém, tivesse redigido este epitáfio

49. RIBEIRO, Renilson Rosa, O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro, Cuiabá: Entrelinhas, 2015, p. 60.

50. M. OLIVEIRA LIMA/BARBOSA LIMA SOBRINHO (organização), Obra Seleta, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 533.

(note-se a sutileza do texto que, para evitar referenciar Pedro Álvares Cabral, descobridor da Terra de Vera Cruz, deu ênfase a Cristóvão Colombo e à sua façanha caribenha).

A Família Imperial, na qual pontificavam D. Pedro II e D. Teresa Cristina (falecida no Porto a 28 de dezembro de 1889), visitou o monumento, com sentida alacridade e comoção, a 11 de novembro de 1884, na sequência de um gesto de elevado valor simbólico que foi acompanhado, nos anos seguintes, por altos dignatários da Corte e por simples populares<sup>51</sup>. As suas ossadas ficariam em Santiago do Chile, no Cemitério Geral, durante um século, quase esquecidas, só tendo sido transferidas para a sua Sorocaba natal, como o havia manifestado em vida por distintas vezes, a 29 de junho de 1978<sup>52</sup>.

Com a morte de Francisco Adolfo a família assentou arraiais em Santiago do Chile. A biblioteca familiar, constituída por livros, manuscritos e mapas, acabaria por ser vendida ao Itamaraty, por intercessão do barão do Rio Branco, em junho de 1909, por 21 contos de réis (aproximadamente 1312 libras esterlinas, montante assaz elevado para a época). Dos 4972 títulos identificados no Catálogo da Biblioteca Varnhagen (com 262 folhas), que seu filho Luís publicou na capital chilena, em 1904, apenas 4156 deram entrada no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (muitas obras encontram-se dispersas em arquivos e bibliotecas, tanto em solo brasileiro como no exterior, podendo ser encontrados na Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico ou Coleção Brasileira de José Mindlin<sup>53</sup>).

O ilustre historiador, comendador das Ordens de Isabel a Católica e de Carlos III de Espanha, comendador da Ordem Imperial da Rosa e cavaleiro da Ordem de Cristo do Brasil, para quem o interesse geral se devia sobrepor aos mais diversos benefícios particulares, deixou mulher e dois filhos, Javier Teodoro e Luís Guilherme (já que a primogénita falecera com apenas três anos). Javier, nato em Lima, morreu solteiro em 1894, aos 29 anos. Luís, nascido em Viena e tendo adotado a nacionalidade materna, tornou-se político (deputado pelo conservador Partido Liberal chileno, de que chegou a ser presidente) e, à semelhança do progenitor, diplomata consagrado ao serviço do governo chileno. O seu segundo e último posto (já havia prestado serviço, como ministro, entre 1928 e 1934, na Alemanha de Paul von Hindenburg), como embaixador, foi em Berlim (1935-1939). Expirou no Rio de Janeiro, a 3 de dezembro de 1939, quando regressava a Santiago do Chile após ter renunciado ao cargo que desempenhava junto do Reich, sem ter deixado, à semelhança do irmão, quaisquer descendentes (deixava viúva D. Mercedes Arnolds Sánchez, bisneta por linha materna de Francisco Ramón Larraín, que em 1829, sendo presidente do senado, exercera provisória e

51. LYRA, Heitor e EULÁLIO, Alexandre, História de Dom Pedro II, 1825-1891, vol. II, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p. 134.

52. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1977, p. 23.

53. MINDLIN, José E., Uma Vida entre Livros. Reencontros com o Tempo, São Paulo, 1997, p. 56.

brevemente a mais alta magistratura da nação). O apelido viscondal usado pelos herdeiros, Del Porto Seguro Ovalle, extinguir-se-ia, assim, na primeira metade do século XX.

Varnhagen, filho de estrangeiros, casado com uma alóctone, pai de ádvenas e com parte significativa da vida passada no exterior das fronteiras brasileiras, tudo fez para servir o país que tomou como seu sem nunca ter sido ingrato com Portugal. Poder-se-á dizer, sem receio de errar, que foi um escritor de alma dupla. A sua memória seria conservada na Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Manuel Oliveira Lima (cuja biblioteca, a terceira maior do Brasil, ao tempo, doou à Universidade Católica da América), onde é patrono da cadeira n.º 39.

A forma como se entregou a defender o império, a História brasílica e um imaginário comum, fundamentais para a consolidação de uma cultura uniforme passível de caucionar, sem derrogações, a integridade territorial da nação, levaram-no a rever constantemente, sem se importar com o menor retorno financeiro, a sua História Geral do Brasil. Na verdade, cedeu ao editor a propriedade da obra como forma de reduzir o custo em detrimento do valor.

Por responder ficarão, ad aeternum, duas perguntas: o seu Brasil imperial, que não republicano, teria permitido conduzir o país a um nível de desenvolvimento superior? Teria a sua promoção no seio da estrutura castrense lusitana, com a conseqüente manutenção da cidadania portuguesa, levado a que produzisse, mais do que um codex historicum, um templum litterarum que, pela mão de terceiros, em muito tardou a surgir?



Fig. 4: Monumento alçado no Rio de Janeiro para homenagear o visconde de Porto Seguro. Disponível em [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/67/At\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_2019\\_037.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/67/At_Rio_de_Janeiro_2019_037.jpg)

## RODRIGO CHRYSTÊLLO TAVARES

Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Técnico Especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.



Como citar este texto:

TAVARES, Rodrigo Chrystêllo – Visconde de Porto Seguro. Uma Vida Votada ao Estudo e à Exaltação do Brasil. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Do Sidonismo à “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926. [Em linha] Ano VI, nº 10 (2026); <https://doi.org/10.56092/HDKQ3452> [Consultado em ...].